



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



## QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0201933-2

144

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: AMANDA KAROLINE LIMA DE SOUZA

PACIENTE: JOSIVALDO QUEIROZ BARBOSA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO 2ª VARA DA COMARCA DE SURUBIM

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. PRISÃO PROCESSUAL. REINCIDÊNCIA. FUGA. DENEGACÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

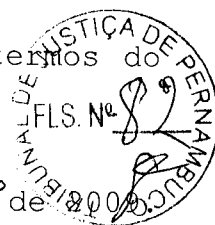
1. A reincidência do paciente aliada ao fato de o mesmo ter se evadido do sistema carcerário demonstram estarem presentes os requisitos legais para sua prisão processual (art. 312 do CPP).
2. Denegação da ordem de Habeas corpus pleiteada.
3. Unanimidade.

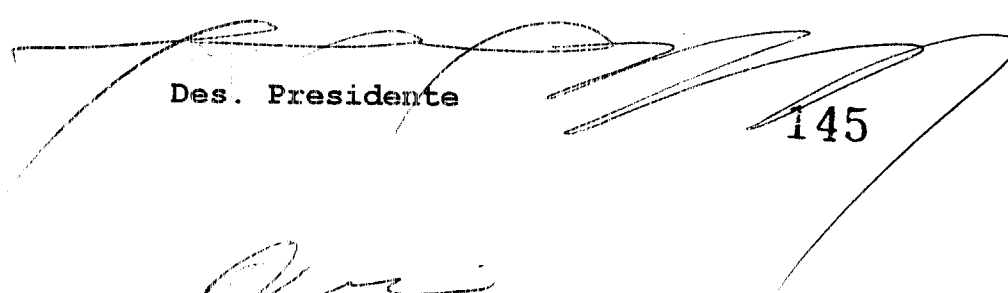
### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 0201933-2 onde figura como paciente **JOSIVALDO QUEIROZ BARBOSA**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de


vozes, **denegar a ordem de habeas corpus pleiteada**, nos termos do  
voto do Des. Relator.

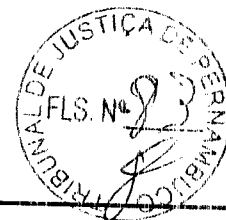
Recife, 15 de dezembro



  
Des. Presidente

145

  
Des. Gustavo Lima  
Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0201933-2

146

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: AMANDA KAROLINE LIMA DE SOUZA

PACIENTE: JOSIVALDO QUEIROZ BARBOSA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO 2ª VARA DA COMARCA DE SURUBIM

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

**R E L A T Ó R I O**

A impetrante Amanda Karoline Lima de Souza ajuizou o presente **habeas corpus liberatório** em favor do paciente **JOSIVALDO QUEIROZ BARBOSA**, apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz da Segunda Vara da Comarca de Surubim.

Segundo a impetrante, o paciente foi preso em flagrante delito em 20/08/2009, sob a acusação de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

A impetrante, rogando pela aplicação do princípio constitucional da presunção da inocência, alegando ainda que inexistem motivos que autorizem a prisão processual do paciente, aponta a denegação do pleito de liberdade provisória como ato ilegal e requer concessão da ordem.


A autoridade impetrada, instada a prestar informações (fls. 19/26), esclareceu que o paciente foi preso em flagrante, na companhia de um cidadão que tinha acabado de furtar um veículo, na posse de arma de fogo de uso permitido, tendo o Parquet, na denúncia, imputando-lhe a conduta típica do art. 14 do Estatuto do Desarmamento.

Segundo o Magistrado indigitado coator, a acusação ministerial foi recebida tendo sido designado o dia 01/12/2009 para a realização da audiência para o interrogatório do paciente. Informa ainda que o paciente encontra-se em liberdade em função de livramento condicional e que pesam em desfavor do mesmo duas decisões condenatórias por roubo duplamente qualificado com trânsito em julgado que somam pena privativa de liberdade superior a dezenove anos de reclusão. Juntou os documentos de fls. 27 usque 72.

A douta Procuradoria de Justiça (fls. 76/77), em seu parecer, por entender estarem presentes os requisitos para a prisão processual, opina pela denegação da ordem.

**É O RELATÓRIO.**

Recife, 15 de Setembro 2009.

  
**Des. Gustavo Lima**  
Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**148**

PROCESSO Nº 0201933-2

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: AMANDA KAROLINE LIMA DE SOUZA

PACIENTE: JOSIVALDO QUEIROZ BARBOSA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO 2ª VARA DA COMARCA DE SURUBIM

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

**V O T O**

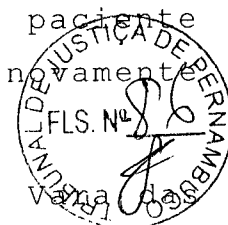
Conforme relatado, a impetrante, rogando pela aplicação do princípio constitucional da presunção da inocência e alegando que inexistem motivos que autorizem a prisão processual do paciente, aponta a denegação do pleito de liberdade provisória como ato ilegal e requer concessão de ordem de *habeas corpus*.

Consta dos autos que o paciente, em 20/08/2009, foi preso em flagrante delito por porte ilegal de arma de fogo de uso permitido na companhia de um cidadão que confessou ter acabado de furtar um veículo.

Consta ainda dos autos, às fls. 168/169, decisão do Juízo da 2ª Vara das Execuções Penais, onde se verifica que o paciente foi condenado duas vezes por ter cometido o crime tipificado no art. 157, § 2º, I e II e

288 do Código Penal. Verifica-se ainda da precitada decisão que, em 01 de setembro de 2001, o paciente evadiu-se do sistema carcerário, tendo sido novamente preso em 17 de fevereiro de 2002.

149



Da análise da decisão do Juízo da 2ª Vara das Execuções Penais, que foi encaminhada aos presentes autos pela autoridade indigitada coatora, verifica-se que restam presentes os requisitos do art. 312 do Código Penal<sup>1</sup>. Ou seja, percebe-se que a contumácia do paciente na prática de crimes expõe a ordem pública e que a sua fuga do sistema carcerário indica relutância no tocante ao cumprimento da lei penal.

Na hipótese de que tratam os presentes autos, é pacífico o entendimento dos Tribunais Pátrios:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL.*

*LEGALIDADE. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. DEMORA NÃO-ATRIBUÍVEL À DEFESA. NÃO-APLICAÇÃO DA SÚMULA 21/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.*

**1. A fuga do paciente do distrito da culpa é elemento suficiente para a decretação da prisão preventiva, tanto pela conveniência da instrução criminal como para garantir a aplicação da lei penal.**

2. Omissis.

3. Omissis.

4. Omissis.

5. Omissis.

6. Ordem parcialmente concedida para determinar a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, se por outro motivo não estiver preso, mediante condições a serem estabelecidas pelo Juízo singular. (HC 53.302/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2007, DJe 10/03/2008)

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REINCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE OCUPAÇÃO LÍCITA E RESIDÊNCIA FIXA.*

**1. A custódia cautelar foi satisfatoriamente motivada na demonstração da necessidade de segregação do acusado para se preservar a ordem pública, em razão da sua reincidência, bem como na ausência de ocupação lícita e residência fixa.**

2. Não houve argumentação abstrata e sem vinculação com os elementos dos autos, uma vez que se demonstrou na decisão indeferitória do pedido de liberdade provisória os pressupostos e motivos autorizadores da medida, elencados no art.

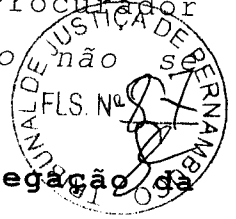
<sup>1</sup> Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como **garantia da ordem pública**, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou **para assegurar a aplicação da lei penal**, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

312 do Código de Processo Penal, com a devida indicação dos fatos concretos justificadores de sua imposição, nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

3. Recurso ordinário desprovido. (RHC 24.087/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 03/11/2009)

Assim, como bem ressaltou o douto Procurador de Justiça, "o constrangimento ilegal alegado não encontra caracterizado".

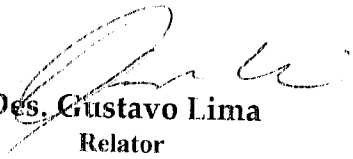
150



Pelos motivos expostos, voto pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 15 de dezembro 2009.

  
Des. Gustavo Lima  
Relator